

A expansão dos Institutos Federais no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): o caso de Rondônia.

Xênia de Castro Barbosa
William Kennedy do Amaral Souza

Como citar: BARBOSA, Xênia de Castro; SOUZA, William Kennedy do Amaral. A expansão dos Institutos Federais no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): o caso de Rondônia. *In:* CARLI, Tassiana; RODRIGUES, Edgar Bendahan; SOUZA, Leonardo Lemos de; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Gênero, Cidadania e Educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.261-288. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-365-6>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A expansão dos Institutos Federais no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): o caso de Rondônia

Xênia de Castro Barbosa

William Kennedy do Amaral Souza

“Ainda que nos arranquem todas as flores, uma por uma, pétala por pétala, nós sabemos que é sempre tempo de replantio e que a primavera há de chegar e a primavera já chegou” (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2023).

INTRODUÇÃO

A Educação no Brasil, desde seus primórdios, vem se caracterizando por uma dualidade estrutural, expressa no tipo e na qualidade do ensino ofertado aos filhos dos ricos e dos pobres (Ciavatta; Ramos, 2011), sendo que aos primeiros foi facultado acesso à formação acadêmica, de caráter geral, e aos filhos da classe trabalhadora esse acesso foi limitado, na maioria das vezes, à formação técnica, de caráter profissionalizante. Para Kuenzer (1997), a falta de integração entre as duas propostas formativas acabou

por configurar propostas pedagógicas caracterizadas, de um lado, por um “academicismo vazio”, e por outro, por uma “profissionalização estreita” (Kuenzer, 1997). Essa dualidade no campo educacional opera de modo a reforçar as contradições entre capital e trabalho e própria dualidade de classes, colaborando para a reprodução das desigualdades sociais.

A partir da obra *A escola capitalista na França*, dos pesquisadores franceses Baudelot e Establet escrita em 1971, a teoria da escola dualista ganha força nas reflexões para se pensar o sistema educacional. Mas lembremos que essa discussão é um tanto antiga, em *Crítica ao programa de Gotha* (1980), no qual o Partido Operário Alemão exige “Educação popular geral e igual a cargo do Estado”, Marx contra-argumenta com as seguintes questões: “Educação popular igual? O que se entende por isto? Acredita-se que na sociedade atual a educação pode ser igual para todas as classes?” Refletir sobre a escola com base nessas perguntas é questionar a possibilidade de, na sociedade capitalista, a educação ser igual para todas as classes sociais.

No Brasil, a dualidade educacional é antiga e duradoura. Seu caráter estrutural remonta à década de 1940, com a constituição de leis que regulamentaram a educação em ensinos paralelos e segmentados, sobretudo no ensino secundário, que era dividido em propedêutico e de caráter profissional. As leis que propunham a equivalência desses dois tipos de ensino secundário, que se seguiram nos anos de 1950, pouco promoveram a superação das estruturas de discriminação. E novas configurações do ensino superior trataram de promover a expansão dessa dualidade para além da Educação Básica.

Na década de 1960, a iminência dos Cursos Superiores de Tecnologia como possibilidade de acesso das camadas populares aos níveis superiores de ensino reforçou a visão dualista de uma educação para a classe trabalhadora, diferente da ofertada para a classe dominante, além de contribuir para a consolidação de um projeto de construção hegemônico do capitalismo estrangeiro dentro da política de desenvolvimento nacional.

A consolidação da influência dos ideais neoliberais e suas reformas educacionais, materializadas na LDB nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), legitimaram a oferta de uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em

nível superior, alinhada aos interesses e demandas do mercado de trabalho, revela a expansão da dimensão econômica sobre a escolarização, justificada pela teoria do capital humano em seu caráter circular (Frigotto, 1984). Nesse sentido, a educação é chamada a dar sua parcela de contribuição ao desenvolvimento econômico a partir da formação de trabalhadores alinhados às necessidades do mercado e que comunguem da atual ideologia burguesa pautada no progresso e no consumo. Nas análises sobre a dualidade da escola brasileira focaliza-se principalmente o ensino médio:

A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. [...] Neste nível de ensino se revela com mais evidência a contradição entre o capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 31).

Esse caráter dual da educação brasileira foi reforçado pelo Decreto nº 2.208/1997 (Brasil, [1997]), que estabeleceu a separação obrigatória entre a educação básica e a educação profissional, alterando a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996), em face dessa mudança, a EPT passou a ser ofertada sobretudo por instituições privadas, e a qualidade do ensino ofertado em sua seara passou a ser alvo de críticas. Naquele contexto, emergiram importantes debates sobre a importância de sua oferta pelo setor público e a garantia de qualidade, que seria concretizada na medida da superação da dicotomia entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, da formação de professores conscientes das especificidades dessa modalidade educacional, e da integração entre conhecimentos propedêuticos e técnicos, levando o alunado a uma sólida compreensão dos fundamentos do mundo contemporâneo e dos processos econômicos baseados no trabalho, na ciência e na tecnologia.

Também por conta desse debate, o Governo Federal criou em 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que integram esta rede, juntamente com os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), a Universidade Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

A criação dos Institutos Federais (IFs), vincula-se a um projeto político de desenvolvimento socioeconômico, que apresentou a Educação Profissional e Tecnológica como via de acesso para a formação humana integral, para a qualificação profissional e a dinamização econômica, a partir da pesquisa científica e tecnológica e da extensão social, alinhadas às demandas dos arranjos produtivos locais. Conforme Pacheco (2010), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados como o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e transferindo soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social, devendo, ainda, constituir Observatórios de Políticas Públicas, tornando tais políticas objetos de sua intervenção por meio do ensino, da pesquisa aplicada e da extensão articulada com as forças sociais da região. Nesse diapasão, a ação educadora atribuída aos Ifs não é uma ação educadora aleatória e inespecífica, mas ao contrário, uma ação radicalmente comprometida com a emancipação dos setores tradicionalmente explorados de nossa sociedade.

Apresentam-se, portanto, como proposta inovadora, tanto em termos políticos, como em termos pedagógicos. Do prisma político, foram planejados para ser Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) comprometidas com a emancipação da “classe que vive do trabalho” (Antunes, 1999, p. 27). Nesse sentido, a pesquisa aplicada e a extensão social foram definidas como ações estratégicas para a identificação, conhecimento e intervenção nas demandas sociais dos territórios em que estivessem radicados. Do ponto de vista pedagógico, apresenta uma proposta educacional crítica, emancipadora e inovadora, na medida em que busca promover uma formação integral/omnilateral, fundamentada no conhecimento aprimorado sobre trabalho, ciência, tecnologia e cultura enquanto elementos constituintes das sociedades contemporâneas e das relações sociais de produção; e que propõe o compartilhamento de recursos humanos e de ambientes, visando à verticalização dos processos formativos de modo a responder às demandas sociais expressas em cada território.

Passados 15 anos de sua fundação, os Ifs promovem educação pública, gratuita e de qualidade a 1,5 milhão de jovens e adultos, do Ensino Médio ao Doutorado, e estão presentes em todas as unidades da federação,

com mais de 600 campi em funcionamento e 100 novos em fase de construção, na esteira do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em face dos desafios presentes na sociedade brasileira, em especial dos desafios de reconstrução da ordem democrática e de retomada do crescimento econômico com sustentabilidade e justiça social, procederemos, primeiramente, a um breve balanço acerca das contribuições dos IFs; em seguida analisaremos os desafios no recorte empírico do Estado de Rondônia, para o qual está previsto a abertura de um novo campus do Instituto Federal de Rondônia, o campus Buritis, no escopo do referido Programa, e ato contínuo, refletiremos sobre os desafios da expansão dos IFs no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Criados por meio da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais têm por finalidade:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Brasil, 2008, p. 2).

No rol de seus objetivos constam:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (Brasil, 2008, p. 2).

Há mais de 15 anos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) têm desempenhado relevante papel na formação para o mundo do trabalho e na inclusão social. Isso porque ampliaram significativamente o acesso à EPT, oferecendo cursos de qualidade que atendem tanto às necessidades de profissionalização da força de trabalho, quanto de consolidação das bases necessárias para que os estudantes possam prosseguir nos estudos, elevando assim sua escolaridade. No que se refere à sua contribuição com a inclusão social, os IFs têm contribuído com esta ação ao oferecer educação gratuita e de qualidade, especialmente para grupos historicamente marginalizados. A esse respeito cabe destacar que seus processos seletivos para cursos regulares observam a política nacional de cotas e ações afirmativas, reservando pelo menos 50% das vagas para estudantes pretos, pardos, indígenas e provenientes de instituições públicas, e pelos menos 5% das vagas para estudantes com deficiência, o que tem contribuído para ampliar a inclusão social a partir da Educação, bem como estabelecer relações sociais mais conscientes da diversidade humana e da pluralidade cultural que assinala a sociedade brasileira.

Suas contribuições, todavia, não se limitam a esses dois aspectos, visto que têm colaborado também com o desenvolvimento regional mediante produção e transferência de tecnologias de interesse social. Nesse sentido, cabe destacar que um diferencial dos IFs é seu compromisso com a iniciação científica e tecnológica de seus estudantes, a popularização da ciência e a ênfase na pesquisa aplicada, orientada ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas capazes de atender às demandas sociais, prioritariamente as do entorno de suas unidades.

Nos IFs, pesquisa, extensão e ensino se integram (ou deveriam se integrar) em uma proposta formativa que se endereça à omnilateralidade do ser, problematizando as bases do desenvolvimento da ciência, do trabalho e da cultura nas sociedades contemporâneas, evidenciando sua historicidade, aparecendo assim, como alternativa à histórica dualidade educacional. Segundo Ramos,

Uma formação, baseada na unidade entre o trabalho, a ciência e a cultura, como dimensões fundamentais da vida, implicam abordar o conhecimento em sua historicidade. Isso significa que os conteúdos de ensino não são considerados abstrações a serem apreendidas na sua formalidade ou na sua instrumentalidade. É preciso que esses conteúdos adquiram concreticidade pela relação com as necessidades e os problemas que a sociedade reconheceu e/ou se colocou, os quais levaram ao desenvolvimento das ciências em um determinado sentido, produzindo-se, assim, novos modos de vida e nova cultura (Ramos, 2017, p. 31)

Sua proposta de ensino é também inovadora, na proporção em que fomenta a integração entre o Ensino Básico, o Ensino Superior e a Pós-graduação, estimulando a convivência, o intercâmbio de saberes, a otimização dos recursos e a verticalização dos processos formativos. É comum que nos IFs, trabalhadores acessem a instituição por meio de algum curso de qualificação profissional de curta duração e nesse processo, percebam que podem aprofundar seus estudos, seja por meio de formações continuadas, seja por meio do ingresso em cursos que oportunizem a elevação de sua escolaridade.

Outra característica importante dos IFs é sua atuação em rede – o que assegura maior unidade às suas ações, aprendizagem conjunta e compartilhamentos de boas práticas. Ao que parece, a atuação em rede tem favorecido sua abertura para outras parcerias, nacionais e internacionais, parcerias estas que se mostram capazes de potencializar a pesquisa e a formação dos estudantes e servidores que participaram dessas experiências.

Conforme Pacheco (2010, p. 19),

Alimentados de princípios e valores, que colhem da cidadania e da ética, o papel central desses Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia, em seu fazer pedagógico, no tratamento estreito que travam com ciência-tecnologia-cultura, pode estabelecer interlocução permanente com setores difusores da tecnologia e colaborar significativamente com áreas estratégicas para o desenvolvimento do país.

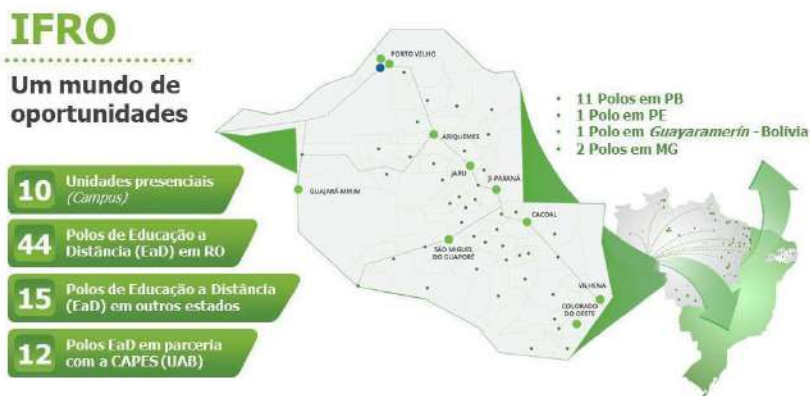
Em síntese, ao longo desta primeira década e meia, os Institutos Federais têm se consolidado como protagonistas de uma educação de qualidade, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tecnicamente preparada para os desafios do futuro.

Falando especificamente de Rondônia, o IFRO é oriundo da junção entre a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste (EAFCO), criada em 30 de junho de 1993. A partir da integração da Escola Técnica Federal de Porto Velho com a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, pela Lei 11.892, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). A EAFCO passou então a ser denominada Instituto Federal de Rondônia Campus Colorado do Oeste e seus cursos passaram a fazer parte da nova instituição.

O IFRO é uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica atuando também na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade. Territorialmente, o Instituto Federal de Rondônia está presente em vários municípios do estado, ofertando Educação presencial em 11 (onze) unidades, sendo 01 (uma) Reitoria, 10 (dez) Campi e 01 (um) Campus em Implantação, 44 polos em parceria com prefeituras e 12

polos em parceria com a CAPES (UAB) no Estado de Rondônia, 11 polos em Paraíba, 1 polo em Pernambuco, 2 polos em Minas Gerais e 1 um polo internacional em Guayaramerín - Bolívia.

Figura 1 - Mapa com as unidades do IFRO



Fonte: IFRO (2018)

Apesar de sua relevância, os IFs vêm enfrentando uma série de desafios que refletem decisões políticas alijadas dos interesses sociais da classe trabalhadora. Dentre esses desafios, o do financiamento público de suas ações é um dos mais preocupantes, pois a redução do orçamento e os sucessivos contingenciamentos e cortes colocam em risco não só o seu projeto político-pedagógico, mas um projeto de nação que se pretende mais justo e democrático. Quando há cortes e restrições que impedem seu pleno funcionamento, a qualidade do ensino é posta em risco, e a pesquisa e extensão deixam de acontecer de maneira consequente, fazendo com que, mais uma vez, os filhos da classe trabalhadores tenham um acesso desigual ao conhecimento e uma formação limitada a aspectos puramente instrumentais ou teóricos, sem a riqueza de experiências a que têm direito em uma sociedade democrática e justa.

As restrições orçamentárias que afetam o funcionamento dos setores da Educação e da Saúde (principalmente) se intensificaram após a publicação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Brasil, [2016]), conhecida como Teto de Gastos, que estabeleceu por um período de 20 anos um limite para o crescimento das despesas públicas da União, fixando que as despesas primárias (excluindo juros da dívida pública) poderiam aumentar apenas de acordo com a inflação do ano anterior, com base no IPCA.

Em 2023 entrou em vigor o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) que assegura o aumento real dos investimentos públicos (conhecidos como “despesas”) em pelo menos 0,6%. Todo ano, mesmo que a economia do país não cresça e a arrecadação fique estagnada, as despesas serão corrigidas pela inflação e receberão um aporte extra de 0,6%, no mínimo, mesmo que as receitas (arrecadação pública) não esteja equiparada, buscando, desse modo, maior equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e a necessidade de investimentos. Contudo, ao passo em que o NAF estabelece um piso e um teto para o crescimento real das despesas do governo, entre 0,6% e 2,5% e permite maior crescimento das despesas em períodos de expansão econômica, também exige maior contenção em períodos de recessão.

Embora se reconheça a necessidade de uma política fiscal responsável, que assegure a sustentabilidade das contas públicas e a credibilidade da economia, entende-se que Saúde e Educação vêm sendo duramente afetadas pelo NAF, e no caso os IFs chegou-se a um liminar crítico, em que muitos campi já não conseguem honrar os compromissos com os contratos continuados, como os referentes à água, luz, internet e serviço de limpeza.

O Brasil vivencia forte tensão entre cumprir o arcabouço e realizar investimentos necessários ao desenvolvimento social sustentável, e ao que parece, busca conformar uma nova frente neodesenvolvimentista, capaz de atrair frações burguesas para o investimento em ações neodesenvolvimentistas que se acreditam capazes de acelerar o crescimento econômico com distribuição de bem-estar social. O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é expressivo desta tensão.

O NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

De acordo com dados da Casa Civil da Presidência da República (Brasil, [2024a]), o Novo PAC é um programa de investimentos coordenado pelo governo federal, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais, voltado ao crescimento econômico e a inclusão social. Trata-se de um programa comprometido com a redução das desigualdades sociais e regionais e que operará na execução de obras de portes variados, visando à geração de emprego e renda, a melhoria das condições de vida e a sustentabilidade ambiental. O Programa é um tributário de duas edições anteriores, iniciadas em 2007, por ocasião do segundo governo do presidente Lula.

Ao lado de eixos que trazem frescor ao programa, como a missão de garantir a conectividade em escolas, hospitais e áreas isoladas, ou que são ainda mais emergentes como prevenção de desastres com contenção de encostas, o PAC 3 tem também o desafio de lidar com o estoque que ficou, e tirar dele o aprendizado de como aprimorar as novas contratações. Prevê investimentos na ordem de R\$: 1,8 trilhão e contempla ações em todas as unidades da federação, sendo que estão previstos os investimentos de R\$ 1,3 trilhão até 2026 e R\$ 0,5 Trilhão após 2026, e que tais investimentos têm compromisso com a transição ecológica, com a neoindustrialização e com o desenvolvimento econômico sustentável.

Na figura 2 se apresenta, por eixos, os investimentos previstos entre 2023 quando o Programa foi lançado e 2026, quando terminará o terceiro mandato do presidente Lula.

Figura 2 - Investimentos por eixo (em bilhões)

Eixo	Investimento 2023-26 (R\$ bi)
Transporte eficiente e sustentável	220,9
Transição e segurança energética	417,5
Infraestrutura social inclusiva	2,1
Cidades sustentáveis e resilientes	557,1
Água para todos	25,6
Inclusão digital e conectividade	20,3
Inovação para indústria e defesa	27,8
Educação, ciência e tecnologia	36,7
Saúde	29,3
Total	1,4 trilhão

Fonte: Brasil ([2024a]).

Do total a ser investido, R\$: 612 bilhões serão provenientes de empresas privadas, R\$: 343 bilhões serão investidos por empresas estatais, com destaque para a Petrobrás, 37 bilhões serão do orçamento geral da União, e R\$: 362 bilhões serão provenientes de financiamentos públicos (Monteiro, 2023).

O Novo PAC está organizado em Medidas Institucionais e nove Eixos de Investimento. As Medidas Institucionais são um conjunto articulado de atos normativos de gestão e de planejamento que contribuem para a expansão sustentada de investimentos públicos e privados no Brasil, e foram elaboradas de forma colaborativa, com destacada atuação dos Ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente e Mudanças do Clima.

Os Eixos de Investimento, por sua vez, são as grandes áreas de organização do programa, e neles estão previstas as obras e serviços que serão contemplados com investimentos do referido programa. Na atual versão do programa, são nove os eixos definidos: (1) Transporte eficiente e sustentável, (2)

Infraestrutura social inclusiva; (3) Cidades sustentáveis e resilientes; (4) Água para todos; (5) Inclusão digital e conectividade; (6) Transição e segurança energética; (7) Inovação para a indústria da defesa; (8) Educação, Ciência e Tecnologia; (9) Saúde, sendo que o eixo sobre o qual nos deteremos neste texto será o eixo 8, por contemplar o objeto desta reflexão.

No eixo Educação, Ciência e Tecnologia estão previstos mais de 11 mil empreendimentos, que juntos totalizarão cerca de 46,2 bilhões. Parte desse valor já está sendo utilizado, desde 2023, para a retomada de obras federais, estaduais e municipais que estavam paradas ou em ritmo lento de desenvolvimento. Para resguardar a retomada dessas obras pretéritas e estimular a eficácia dos investimentos, o governo federal sancionou a Lei nº 14.719, de novembro de 2023 (Brasil, [2023]), que viabilizou a reprogramação temporal, física e financeira, bem como o aporte de novos recursos para sua retomada e conclusão. Até dezembro de 2024, 1.457 propostas de repactuação foram aprovadas, permitindo sua execução.

No que se refere à Educação Básica, o Novo PAC assegurou recursos da grandeza de R\$ 26,4 bilhões, para investimentos em mais de 9.800 empreendimentos, envolvendo tanto novas construções como a retomada e conclusão de obras que estavam estagnadas. O objetivo dos investimentos nesse eixo, segundo a Casa Civil (Brasil, [2024b]), é expandir a rede pública educacional, garantindo a milhares de estudantes o direito ao acesso e à permanência em creches, pré-escolas, escolas de ensino Fundamental e Médio, bem como o fomento à educação integral em todas as etapas e modalidades.

Já no que concerne à Educação Profissional e Tecnológica, estão previstos recursos para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e para a sua consolidação: R\$: 2,5 bilhões para implantação de 102 novos campi de Institutos Federais em 98 municípios do Brasil (ações de expansão), e R\$: 1,4 bilhão para atendimento a 600 empreendimentos prioritários de 38 IFs, dois Centros Federais de Educação Tecnológica e para o Colégio Pedro II (ações de consolidação). Dentre esses empreendimentos, restaurantes estudantis, bibliotecas, complexos esportivos e moradias estudantis ganham destaque, mas também estão previstas a construção de salas de aula e a aquisição de equipamentos.

O investimento na consolidação das unidades existentes é essencial para assegurar condições adequadas de funcionamento e equacionar mazelas decorrentes de uma expansão rápida e precarizada. Note-se, ainda, que boa parte desses investimentos é estruturante do ponto de vista da inclusão, da permanência e do êxito estudantil/acadêmico, pois possibilitará melhorias na assistência estudantil e redução das vulnerabilidades socioeconômicas do público adolescente e jovem. O investimento na expansão da RFEPCT (abertura de novos campi), por seu turno, revela-se fator de desenvolvimento humano e econômico, na medida em possibilitará a criação de 140 mil novas vagas a estudantes, e demandarão a contratação de 11.400 novos servidores, em até cinco anos (Brasil, [2024b]), aquecendo a economia, sobretudo, dos pequenos municípios que receberão as novas unidades, como é o caso de Buritis, em Rondônia.

Nos dois primeiros anos do Novo PAC 146 empreendimentos foram concluídos, a saber: uma Moradia Estudantil, quatro Instalações Prediais Complementares, sete equipamentos para Laboratórios, sete Restaurantes Estudantis, 15 Centros de Convivência e Complexos Esportivos, 18 Usinas fotovoltaicas e equipamentos para Labsolar, 23 obras de acessibilidade, infraestrutura e urbanização, 27 Estruturas acadêmicas, administrativas e blocos de salas de sala, 42 conjuntos Equipamentos e Mobiliários e dois estudos e projetos, além do início de 215 obras, da licitação ou contratação de 117 e da inserção de 122 em ação preparatória.

O NOVO PAC EM RONDÔNIA

Rondônia é um Estado brasileiro localizado no Norte do país, na Amazônia Legal. Faz fronteira com os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e com a Bolívia ao sul e oeste. Ocupa posição estratégica por estar próximo à região andina e à Bacia Amazônica.

Sua economia é baseada na agropecuária, com destaque para a criação de gado bovino e o cultivo de soja, milho e café; no Extrativismo: sobretudo da madeira; na Mineração, com extração de cassiterita (minério de

estanho), ouro e diamante, e se destaca também pela produção de energia elétrica, contando com duas usinas de grande porte, além de termelétricas de menor porte.

Trata-se de um estado em desenvolvimento, que ainda carece de investimentos em infraestrutura, de modo que o Novo PAC se apresenta a ele como oportunidade singular para a construção de obras indispensáveis a o desenvolvimento regional.

Em Rondônia, o Novo PAC previu investimentos em 264 obras, das quais 45 já foram concluídas, 61 encontram-se em execução, 29 estão em fase de procedimento licitatório e as demais em fase de ação preparatória – conforme dados do portal da Casa Civil (Brasil, [2024b]).

No Eixo Educação, Ciência e Tecnologia, Rondônia foi contemplado com 13 obras, das quais cinco estão concluídas e as demais se encontram em ação preparatória, conforme a tabela 1:

Tabela 1 - Tabela Obras do Novo PAC em Rondônia referentes ao eixo 8

Município	Empreendimento	Classificação	Estágio	Estimativa do valor no Novo PAC (2023-2030) (R\$)	Tipo de Executor
Buritis	Construção do Campus Buritis	Obra	Em ação preparatória	15.000.000,00	Federal
Cacoal	Estruturas Acadêmicas do Campus Cacoal	Obra	Concluído	2.642.489,81	Federal
Colorado do Oeste	Biblioteca do Campus Colorado do Oeste	Obra	Em ação preparatória	1.500.000,00	Federal
Colorado do Oeste	Instalações Prediais Complementares - Clínica Medicina Veterinária do Campus Colorado do Oeste	Obra	Concluído	1.100.000,00	Federal

Município	Empreendimento	Classificação	Estágio	Estimativa do valor no Novo PAC (2023-2030) (R\$)	Tipo de Executor
Guajará-Mirim	Restaurante Estudantil do Campus Guajará-Mirim	Obra	Em ação preparatória	1.700.000,00	Federal
Jaru	Biblioteca do Campus Jaru	Obra	Em ação preparatória	1.500.000,00	Federal
Jaru	Restaurante Estudantil do Campus Jaru	Obra	Em ação preparatória	1.700.000,00	Federal
Ji-Paraná	Estruturas Administrativas do Campus Ji-Paraná	Obra	Concluído	1.850.000,00	Federal
Porto Velho	Equipamentos de diversos campi	Equipamento	Concluído	603.406,94	Federal
Porto Velho	Estruturas Administrativas da Reitoria	Obra	Em ação preparatória	10.000.000,00	Federal
São Miguel do Guaporé	Estruturas Acadêmicas e Administrativas do Campus São Miguel do Guaporé	Obra	Concluído	1.710.837,30	Federal
São Miguel do Guaporé	Restaurante Estudantil do Campus Avançado São Miguel do Guaporé	Obra	Em ação preparatória	1.700.000,00	Federal
Vilhena	Biblioteca do Campus Vilhena	Obra	Em ação preparatória	1.500.000,00	Federal

Fonte: Adaptado do portal da Casa Civil (Brasil, [2024b]).

Até dezembro de 2024, Rondônia já havia recebido R\$ 3,6 bilhões em investimentos do Novo PAC, o que representa 64,3% dos 5,6 bilhões previstos até o final de 2026. Além disso, há uma projeção de investimento na ordem de 1 bilhão adicionais para o período posterior a 2026, totali-

zando 6,66 bilhões destinados ao estado. Esses investimentos simbolizam a esperança de um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo, capaz de melhorar a qualidade de vida de sua população na medida em que oferecerão infraestruturas mais adequadas, habitação popular, luz no campo e regularização fundiária, dentre outros benefícios.

DESAFIOS DA EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO CONTEXTO NO Novo PAC

A expansão dos Institutos Federais no Brasil, especialmente no contexto do Novo PAC, apresenta uma série de desafios que necessitam atenção, como a questão do financiamento, já pontuada no tópico anterior, a consolidação da infraestrutura para o desenvolvimento de suas atividades e a compreensão do papel da pesquisa como elemento capaz de contribuir para o bem-estar social e o desenvolvimento econômico alinhado à conservação dos recursos naturais.

Em relação à infraestrutura, preocupa-nos a disponibilidade de recursos para os investimentos em obras e equipamentos, bem como a morosidade dos processos licitatórios e de construção de obras públicas, morosidade que pode vir a atrasar a disponibilização desses ambientes, comprometendo a oferta dos cursos e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão.

No que concerne à pesquisa, embora esta figure nos discursos oficiais como elemento central, na prática, costuma estar relegado ao segundo plano, dependendo, na maioria das vezes, de captações externas que nem sempre são suficientes para atender à diversidade de demandas (Iniciação Científica, Iniciação Tecnológica, e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D).

A dependência de captações externas por meio de editais, de investidores ou de emendas parlamentares, pode configurar-se em elemento de risco, na medida em que priorizam determinados temas e objetos em detrimento de outros (considerados menos atrativos, de menor visibilidade ou que demoram mais tempo para apresentar resultados – ou que podem

apresentar resultados divergentes dos esperados). Assim há risco tanto de enviesamento e de produção de resultados para agradar aos financiadores (sobretudo quando se trata de projetos financiados com emenda parlamentar) quanto do acirramento de assimetrias entre os grupos de pesquisa da própria instituição, marginalizando aqueles que, por seu perfil, tem menos capacidade ou disponibilidade para realizar tais captações.

Mas, infelizmente, porque deveríamos ter recursos suficientes nos ministérios, (mas lembremos que na disputa política que permeia a nossa sociedade, os gastos do Estado estão sempre na mira), praticamente somos obrigados a ir em busca de captação externa, sobretudo de emendas parlamentares. Na tentativa de amenizar as crises relativas ao “enxugamento” do orçamento da instituição, em dezembro de 2023, o IFRO editou a portaria nº 2.494 que, entre outras coisas criou o Escritório de Projetos do IFRO, cuja intenção é:

§ 1ºinicialmente, tem como finalidade a captação, o acompanhamento da execução, bem como visa estabelecer a governança dos projetos oriundos de captação externa.

Art. 2º Fica assegurado ao IFRO o percentual de até 15% dos bens e direitos de recursos originados de captação externa.

Parágrafo único. O valor de até 15% (quinze por cento) definido nesta Portaria, como especifica o caput do art. 2º, será destinado para atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e cobertura das despesas operacionais e administrativas para execução dos projetos (IFRO, 2023, p. 1).

Essa captação se dá por meio daquilo que a instituição denomina de “macroprojetos”. Os macroprojetos do IFRO são projetos de maior abrangência que visam promover o desenvolvimento regional e a inclusão social, envolvendo diversas áreas de atuação da instituição. Os macroprojetos são importantes para o IFRO, pois com as captações externas realizadas, contribuem para o cumprimento de suas missões de ensino, pesquisa e extensão, e são desenvolvidos em parceria com diversas entidades e instituições, como universidades, órgãos governamentais e empresas.

O IFRO utiliza os macroprojetos para divulgar suas ações para a sociedade, buscando a colaboração e o apoio de diferentes setores. Mas, evidentemente que a questão financeira pesa muito para o esforço em construí-los – ou seja, eles são, em essência, uma alternativa para driblar a insuficiência do orçamento público.

Outro ponto crítico é a qualificação e a contratação de profissionais, limitada pela disponibilidade de códigos de vaga. Para que os Institutos Federais possam oferecer ensino de qualidade, é essencial que haja corpo docente e técnico bem formado e em número suficiente. Do contrário, poderá haver baixa qualidade nos processos de ensino e sobrecarga de trabalho, que poderá incidir em adoecimento da força de trabalho.

Mas, de modo geral, há um discurso na mídia hegemônica indicando a necessidade de redução do Estado e essa redução passa, segundo esse discurso, pelo não contratação de profissionais da educação. Como exemplo desse discurso, a Folha de São Paulo recentemente publicou a matéria intitulada “Aumento do funcionalismo público gerou crise nas universidades federais” em que o articulista Fernando Canzian atribui aos governos Lula e Dilma um *patrocínio* para a contratações de servidores com estabilidade. Em suas palavras:

A crise atual nas universidades públicas federais tem nome e sobrenome: aumento do funcionalismo. Nos últimos 25 anos, enquanto a máquina pública convencional (INSS, Ibama, Ministério da Saúde, etc.) perdeu 111 mil servidores, a maioria por aposentadoria, as instituições de ensino federais ganharam 91,2 mil. São 69 unidades atualmente.

A maioria foi contratada nos governos Lula 1 e 2 (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) como estatutária, com estabilidade no emprego e que não pode ser dispensada em momentos de crise. Em 2024, eles somavam 237,2 mil servidores, mais que os 206,3 mil funcionários públicos que tocam o dia a dia da máquina pública convencional (Canzian, 2025, p. A36).

Para o articulista, o Estado tem que trabalhar na lógica neoliberal, em que a possibilidade de demissão é inerente a própria contratação. Ora, sabemos que a estabilidade do servidor público se deve ao fato de que, ao

longo da história brasileira, o serviço público costuma ser assediado por conta do tamanho do orçamento que ele lida e a estabilidade, em tese, irá permitir ao servidor ou servidora, denunciar qualquer tentativa de assédio ou qualquer vislumbre de corrupção que possa avistar.

Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade na qual participam a maior parte dos países mais ricos do mundo, indicam que as 10 nações com maior número de servidores são: Noruega (30%), Suécia (29%), Dinamarca (28%), Finlândia (24%), Lituânia (23%), França (21%), Estônia (21%), Hungria (21%), Letônia (20%), Israel (20%). Todos esses países estão acima da média de servidores da própria OCDE (18%) e possuem excelentes colocações no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global.

Isso porque servidores públicos prestam atendimentos especializados em serviços que desenvolvem a sociedade. Mas, no Brasil apenas 12% dos trabalhadores estão nos serviços públicos, para o atendimento de mais de 212 milhões de habitantes. Não à toa, ocupamos o 84º lugar no ranking global de IDH.

A articulação com arranjos produtivos locais é outro desafio a ser considerado. É fundamental que haja sinergia entre as instituições formadoras e o setor econômico, de modo que os cursos possam contribuir para uma maior compreensão e intervenções assertivas nesses arranjos.

Se em seus primórdios o IFRO, oriundo das escolas agrotécnicas que havia em Rondônia, tinha como definição de compromisso o amparo ao desenvolvimento regional, a partir da formação de técnicos e técnicas para colaborarem com a administração pública no tocante ao engrandecimento da política agrícola em Rondônia hoje, em sua maioria e, sobretudo nos campi de vocação agrícola, tem formado estudantes para atuarem em grandes fazendas produtoras de commodities na região Centro Oeste de nosso país.

Mas Rondônia não é um estado de grandes extensões de terra produtoras de commodities. Rondônia é um estado do campesinato e da agricultura familiar! Conforme dados do Censo Agropecuário 2017-2018, o último realizado, em Rondônia 81,3% dos 91.438 estabelecimentos recen-

seados foram classificados como pertencentes à agricultura familiar, portanto acima da média nacional de 76,8%.

No tocante à participação desse segmento na produção agrícola, sua participação no conjunto dos 65 principais produtos selecionados foi de 11,1%, quase o dobro da média nacional. Quando se exclui, dessa lista, a soja, o milho e a cana de açúcar, esse valor aumenta substancialmente, para 57,8%. Este é um dado relevante, pois indica que mais da metade dos produtos agrícolas do estado, excluídas as três culturas industriais citadas, advém do trabalho dos agricultores familiares, demonstrando a importância socioeconômica do setor para a economia local, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Participação da agricultura familiar de Rondônia em alguns produtos selecionados.

Produto	Produção total	Produção familiar	Participação da agricultura familiar (%)
Arroz em casca (1.000 t)	11.057	1.208	10,9
Feijão (todos os tipos) (1.000 t)	2.215	512	23,1
Milho em grão (1.000 t)	88.100	10.972	12,5
Soja (1.000 t.)	103.156	9.559	9,3
Trigo (1.000 t.)	4.681	862	18,4
Mandioca (1.000 t)	6.559	4.563	69,6
Café em grão (verde) (1.000 t)	2.357	892	37,8
Banana (1.000 t)	4.026	1.954	48,5
Abacaxi (1.000 t)	996	668	67,1
Açaí (1.000 t)	280	221	78,7
Alface (1.000 t)	672	432	64,4
Pimentão (1.000 t)	225	159	70,8
Leite de vaca (milhões de litros)	30.156	19.351	64,2
Ovos (milhões de dúzias)	4.672	579	12,4

Fonte: Rosa Neto, Silva e Araújo (2020)

Aqui vale lembrar a breve distinção entre agricultura familiar e agricultura camponesa, sendo o estado de Rondônia, devoto dessas duas categorias analíticas. Segundo Carvalho (2005) há uma diversidade de agricultoras e agricultores familiares ou famílias camponesas, já que este termo engloba desde os proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas, os povos das florestas, os povos ribeirinhos, indígenas e quilombolas, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caran-

guejos e lavradores, os castanheiros e açazeiros, as quebradeiras de coco babaçu, os arrendatários não capitalistas, os caboclos e colonizadores e os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

Cabe lembrar que o termo agricultura familiar, além de estratégico, não obstante, é recente no espaço rural, pois antes eram chamados de “colonos”, “da roça”, entre muitos que não citaremos aqui, pois não é interesse marginalizar essa classe como tanto foi, há pouco tempo. Todos esses sinônimos usados refletiam em estigmas, tais como “atrasados”, “burros”, “pobres” ou outros, como “bicho do mato”. De tanto ouvirem tais argumentos, os próprios já se identificavam assim perante a sociedade urbana que muito pouco deu valor a tal classe (Redin; Fialho, 2010).

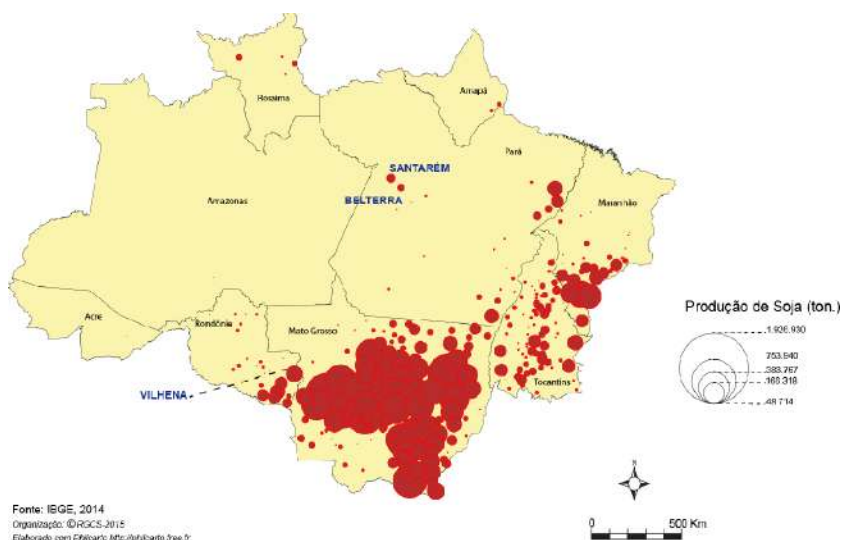
Deve-se lembrar que ser agricultor familiar não tem nenhuma conotação de superioridade em relação aos não familiares. Trata-se apenas de diferenciar uma categoria que baseia sua produção no uso preferencial da mão de obra familiar e que exerce a gestão do empreendimento de forma direta, presencial, por meio de algum dos familiares envolvidos na produção. Os não familiares, distintamente, usam trabalho assalariado, o que é positivo porque gera emprego, mas fazem a gestão do empreendimento por meio de administradores, de longe (Guanziroli; Buainain; Di Sabbato 2012). Já o conceito de camponês, além de histórico, parece ser o mais adequado, pois não se trata apenas de um termo que designa o perfil de produção, na quantidade de hectares, e sim, uma categoria histórica que protagoniza as dinâmicas sociais de classe no campo em todas as regiões do planeta. Para Bernstein (2011), é mais adequado restringir os termos camponês ou campesinato aos usos analíticos, ao passo que o camponês é um sujeito ator nas transformações sociais das relações, tanto históricas quanto contemporâneas, nos processos de mudança agrária e nas dinâmicas de classe.

No caso do nosso estado, entre as décadas de 1970 e 1980, o Estado de Rondônia recebeu um grande número de projetos de colonização que foram implantados entre outros motivos, para sanar a necessidade de ocupação da região e aliviar as tensões relativas à luta pela terra no restante do país, onde massas de trabalhadores expropriados do meio de produção (terra de trabalho) reivindicavam seu espaço para garantir a sua sobrevi-

vência e dos seus familiares. O melhor lugar para acomodar esses trabalhadores seria a Amazônia e, naquele momento, Rondônia. Por conta disso, Rondônia foi e até hoje é, um espaço do campesinato e da agricultura familiar.

Então, entendemos que a nossa instituição deve formar um número bem mais amplo de profissionais que se preocupem com a produção vinculada à agricultura familiar e à agricultura camponesa. Temos formado muitos profissionais entendidos em soja, produção realizada em sua maior parte no estado de Mato Grosso, como nos mostra a figura abaixo:

Figura 3 – Geografia da produção de soja na Amazônia



Fonte: Silva (2015)

Não menos relevante é o desafio da inclusão social e valorização da diversidade, que se colocam como paradigma da educação contemporânea. É vital que as novas unidades atendam a uma ampla gama de estudantes, assegurando não só sua inclusão, mas as condições de permanência e êxito, de modo a reduzir as desigualdades de oportunidades e promover convívio ético. Entre outras ações o IFRO está implantando Núcleos de Estudos

Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) em todas as suas unidades. Com o objetivo de fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas), entendemos que esses núcleos serão primordiais para a superação de diferentes formas de discriminação.

Os desafios se mostram imensos porque as pressões são imensas. Como indica Eliza Ferreira (2017), a discussão sobre o ensino médio brasileiro pode ser traduzida, por um lado, pela tentativa de manutenção do projeto hegemônico da classe burguesa, fundamentado por uma ideologia capitalista neoliberal, e, por outro lado, pela construção de um novo projeto hegemônico de sociedade assentado em uma concepção socialista.

Por conseguinte, precisamos enquanto instituição, definir aquilo que a própria rede ainda não conseguiu definir: enquanto rede, qual é a nossa corrente teórica?

Analisando as disputas acerca das possibilidades de formação na educação de Ensino Médio, Paolo Nosella (2016) identifica três correntes teóricas: mercadológica, reformista e revolucionária.

Segundo ele, a tendência mercadológica, defende a construção de um ensino médio de formação profissionalizante para as camadas populares. Observando o processo do ponto de vista estritamente capitalista, a formação proporcionada para esses estudantes deve ser aquela que atenda às demandas do mercado de trabalho. Esta tendência fundamenta-se em propostas advindas de organizações transnacionais.

A tendência reformista é uma proposta de “travessia”. Sua necessidade é imposta pela realidade de milhões de jovens que têm direito ao ensino médio pleno e, ao mesmo tempo, necessitam inserir-se rapidamente no sistema produtivo. Defensores dessa ideia, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) propõem que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos. Por meio da formação integrada, busca-se focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho intelectual/manual,

de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes.

A terceira, revolucionária, é composta de pensadores que defendem que o combate à proposta liberal deve ser conduzido por meio de uma proposta político-pedagógica radical que proponha hoje, uma nova reforma intelectual e moral nos limites da ordem e contra a ordem. Os defensores dessa perspectiva não acreditam em uma proposta de travessia da realidade do ensino médio atual para a escola unitária. Embora essa tendência nos traga o horizonte de uma sociedade melhor, sabemos o quão difícil é implementá-la na atual conjuntura, em que tendências fascistas e ultradireitistas adentram a nossa instituição. Para se ter uma ideia, nas eleições de 2022, o então candidato Jair Bolsonaro venceu o 1º turno em todos os municípios do estado. Com o apoio e votos de muitos(as) servidores(as) do IFRO.

A impressão que temos é que o IFRO caminha em uma linha tênue entre a tendência mercadológica e a tendência reformista. Isso se dá porque a maioria dos servidores(as) não conhecem os pressupostos da EPT e não fazem ideia de que são esses pressupostos que regem a documentação e os objetivos da instituição.

Enfim, a expansão pelo PAC é bem-vinda. Irá trazer melhorias no plano físico, maior possibilidade de acesso e melhores condições de ensino e aprendizagem. Resta fazermos uma expansão nas mentes, com os servidores e servidoras procurando entender as premissas da Educação Profissional e Tecnológica.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. **L'École capitaliste en France**. Paris: Librairie François Maspero, 1971.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BRASIL. Casa Civil. **Conheça o Novo PAC**. [2024a]. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-programa>. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Casa Civil. **Mapa de obras por estado**. [2024b]. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/mapas-de-obras-por-estados>. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, [1997]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em 10 mai. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 7 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27842, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023**. Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde; e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14719.htm. Acesso em: 7 nov. 2025.

CANZIAN, Fernando. Aumento do funcionalismo público gerou crise nas universidades federais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 105, n. 35.118, 27 maio 2025. Cotidiano, p. A36.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidade e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 293-308, abr./jun. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista: São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/gYkb6s9xcpqvLLHKRw3PCnn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2025.

IFRO. **Educação a distância**. 2018. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/educacaoadistancia-nav>. Acesso em: 16 mar. 2026.

IFRO. **Portaria Nº 2494/REIT - CGAB/IFRO, de 18 de dezembro de 2023**. Porto Velho: IFRO, 2023. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/portal-ifro/3529-boletins-de-servico>. Acesso em: 16 mar. 2026.

KUENZER, Acacia. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. v. 2. p. 223-252.

MONTEIRO, Solange. Novo PAC e os desafios do governo para impulsionar o crescimento. **Conjuntura Econômica**, nov. 2023, p. 22-35. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/91692/86142>. Acesso em: 17 fev. 2025.

NOSSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. São Paulo: Cortez, 2016.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: Editora do IFRN, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356>. Acesso em: 16 mar. 2026.

ROSA, NETO, Calixto; SILVA, Francisco de Assis Correa; ARAÚJO, Leonardo Ventura de. Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia? **Embrapa**, 8 set. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins: revue franco-brésilienne de géographie**, n. 23, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9949#text>. Acesso em: 18 mar. 2026

REDIN, E.; FIALHO, M. A. V. **Política agrícola brasileira: uma análise histórica da inserção da agricultura familiar**. Santa Maria: UFSM, 2010.